

Em 28 de outubro de 2025, às 19h10, teve início via *Google Meet* a Sessão Plenária Ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE-BH), com a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Apresentação do Questionário: Grupo do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Edinalva Pereira dos Santos, Galdina de Souza Arrais, Ivonice Maria da Rocha, José Carlos Padilha Arêas, Paulo Henrique Santos Fonseca, Rui César Resende de Souza, Sara Vitral Rezende, Shirlei Lopes da Silva, Talita Barcelos Silva Lacerda, Talita Vitorino Araújo Silva e Thiago Luiz Ferreira Miranda. Justificaram ausência: Cláudia Neves San Miguel, Lucas Ferreira Pedro dos Santos, Maria Virgínia Moraes Garcia e Stael Maria Gomes. Contou-se também com a presença de Vanessa Márcia da Cunha, Secretária Executiva. A reunião foi conduzida por Shirlei Lopes da Silva, que justificou sua ausência na reunião anterior por motivos de deslocamento. Em seguida, apresentou-se formalmente aos membros, destacando sua trajetória na Rede Municipal de Educação e informando que assumiu a Vice-Direção do CAPE e a Coordenação do Fórum, em substituição à Bernadete Blaess, atualmente na Secretaria de Saúde. A coordenadora reconheceu o desafio de suceder a gestão anterior e reafirmou seu compromisso em manter a excelência dos trabalhos do Fórum. Informou que a pauta seria breve, abordando informes gerais e o debate sobre dois questionários. Como principal informe, destacou o convite para a XI Conferência Municipal de Educação, a ser realizada nos dias 7 e 8 de novembro, no Hotel Ouro Minas, reforçando a importância da participação dos membros e o papel do Fórum na construção do novo Plano Municipal de Educação (2026–2036). Shirlei enfatizou, ainda, a trajetória de inovação educacional de Belo Horizonte e a relevância da conferência como espaço de debate sobre o futuro da educação no município. Em seguida, ela abriu espaço para informes dos membros. Galdina de Souza Arrais cumprimentou a coordenadora e apresentou dois convites: o 20º Seminário da UNCME, a ser realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2025, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aberto à participação de todos os membros do Fórum; e o Encontro da Primeira Infância, no dia 10 de novembro de 2025, no Palácio das Artes, promovido em parceria com o Ministério Público e a Rede Mineira pela Primeira Infância, com expectativa de mais de mil participantes. Galdina informou ainda que o Ministério Público, em conjunto com a UNCME e outras entidades, tem atuado para assegurar a elaboração e aprovação dos Planos pela Primeira Infância em todos os municípios mineiros até o final de 2026. Destacou que Belo Horizonte encontra-se em estágio avançado e que 72 municípios, incluindo Contagem, já possuem planos elaborados e em tramitação nas respectivas casas legislativas. Thiago Luiz Ferreira Miranda, representante do Sind-REDE, ingressou na reunião pedindo desculpas pelo atraso e explicando a dificuldade de interação por estar em deslocamento, a caminho de Brasília, onde o sindicato realizaria mobilização junto aos Deputados Federais contra a PEC da Reforma Administrativa. Ressaltou que a proposta impacta todos os serviços públicos e pediu atenção e engajamento dos membros do Fórum para pressionar os parlamentares de suas regiões. Informou, ainda, que permaneceria na reunião como ouvinte devido às circunstâncias. A Coordenadora Shirlei agradeceu os informes dados e propôs o estabelecimento de um limite de tempo para a reunião, sugerindo o encerramento às 20h30, mediante esforço coletivo para a conclusão da pauta. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a coordenadora deu início ao segundo ponto da pauta, informando que Vanessa Márcia da Cunha havia disponibilizado no *Drive* os materiais referentes aos dois questionários elaborados — um sobre o Ensino Médio e outro sobre o Ensino Fundamental. Shirlei confirmou a presença das coordenações responsáveis pela elaboração dos questionários e abriu a palavra para a apresentação e validação dos documentos. Rui César Resende de Souza iniciou a apresentação do questionário referente ao Ensino Fundamental, solicitando o apoio de Vanessa para o compartilhamento do

material na tela. Antes da leitura, apresentou os princípios que orientaram a elaboração do instrumento, destacando a necessidade de maior aproximação com as escolas particulares de Belo Horizonte, cuja participação tem sido reduzida ao longo dos anos. Rui ressaltou a importante representatividade do SINEPE, por meio de Cláudia Neves San Miguel, enfatizando que, embora o sindicato reúna centenas de escolas filiadas, essas atuam de forma autônoma, sem uma liderança centralizada. Explicou que o questionário foi concebido como um primeiro instrumento de diálogo com as escolas particulares, composto por perguntas objetivas e de fácil compreensão, com o objetivo de incentivar a adesão e o retorno das informações. O propósito é iniciar um relacionamento contínuo entre o Fórum e essas instituições. Rui destacou ainda que o questionário é intencionalmente sucinto, representando a primeira etapa de um processo de aproximação, e que, futuramente, o Fórum deverá ampliar o instrumento, incorporando questões adicionais voltadas também às escolas públicas de Belo Horizonte. Finalizou confirmando se a proposta e o raciocínio estavam claros aos presentes. Vanessa fez uma intervenção para esclarecimentos técnicos sobre o documento exibido na tela informando que o questionário ainda não estava em sua versão final, tratando-se de um documento em elaboração, cuja formatação digital seria realizada após a validação pelo grupo. Esclareceu que a versão apresentada corresponde ao arquivo de trabalho que recebeu sugestões e contribuições de outros membros do Fórum, à semelhança do processo adotado no questionário da Educação Infantil. Ressaltou que algumas dessas contribuições já foram incorporadas, motivo pelo qual o conteúdo exibido difere ligeiramente da versão original conhecida por Rui. Rui acolheu as sugestões já incorporadas ao questionário, reconhecendo o caráter coletivo e dinâmico do processo de construção do documento. Em seguida, propôs uma metodologia para condução da leitura e discussão do material. A Coordenadora Shirlei interveio, sugerindo a adoção de uma metodologia semelhante à utilizada em leituras de documentos de conferências: Rui realizaria a leitura integral do questionário, e, durante esse momento, eventuais destaques ou sugestões de alteração deveriam ser registrados no *chat*, indicando o item correspondente. Ao término da leitura, os destaques seriam retomados e debatidos na sequência. A proposta metodológica foi aprovada por consenso. Antes de iniciar a leitura, Rui reiterou a premissa que orientou a elaboração do questionário: trata-se de um instrumento voltado especificamente às escolas particulares, elaborado de forma objetiva e sintética, sem incluir questões mais amplas, específicas da rede pública. O objetivo é obter informações diretas sobre as práticas e realidades das escolas particulares, ampliando o conhecimento do Fórum sobre a educação em Belo Horizonte, em suas redes pública e privada. Com a metodologia aprovada e a premissa reafirmada, Rui procedeu à leitura do questionário do Ensino Fundamental. Durante a fase de análise do questionário, Shirlei solicitou destaque para três termos que, em sua avaliação, poderiam gerar dúvidas de interpretação entre as escolas da Rede Particular: 1) Assistência Social – O termo é amplo e, nesse contexto, pode ser interpretado como ação filantrópica das mantenedoras, e não como referência à Política Pública de Assistência Social (CRAS, CREAS etc.). Sugeriu especificar “acesso às políticas de assistência social (CRAS, CREAS)” para evitar ambiguidade. 2) Cadastramento Escolar – Expressão associada à Rede Pública, vinculada à territorialização e ao acesso compulsório. Propôs substituí-la por terminologia mais adequada à realidade da Rede Particular, onde as matrículas ocorrem por livre demanda. 3) Ciclo – Termo em desuso na Rede Pública, substituído por “ano/série”. A coordenadora observou que poucas escolas particulares ainda utilizam a nomenclatura “ciclo” e sugeriu a adequação do vocabulário para garantir clareza e adesão. Rui manifestou total concordância com as ponderações e sugestões terminológicas apresentadas por Shirlei, reconhecendo a pertinência das observações para o público-alvo do questionário. Galdina interveio para ratificar a necessidade de substituição do termo “Cadastramento Escolar”, concordando com a análise de Shirley. Reforçou que, na rede privada, não existe cadastramento compulsório como na rede pública; as famílias procuram diretamente as escolas de interesse, sendo que, no máximo, algumas mantêm lista de espera para matrícula. José Carlos Padilha Arêas tomou a palavra e elogiou a iniciativa de utilizar o questionário para coletar informações da

rede privada, destacando sua relevância para o acesso do setor público a dados sobre vagas e ofertas educacionais, essenciais à formulação de políticas públicas. Concordou com a necessidade de ajustes na forma de coleta, conforme sugerido por Shirlei. Galdina complementou, reforçando que, embora não se trate de um cadastramento compulsório como na rede pública, a coleta de informações sobre oferta de vagas é necessária. Destacou ainda que muitas escolas privadas realizam processos seletivos (provas ou avaliações) para matrícula, diferentemente da rede pública, observando que o aluno escolhe a escola, e a escola ainda seleciona o aluno. José Carlos ponderou que a aplicação do processo seletivo varia conforme a demanda de cada escola, reconhecendo a diversidade de práticas entre as instituições privadas. Rui registrou a sugestão de José Carlos de incluir no questionário uma questão sobre o número de vagas ofertadas à comunidade, inicialmente para o Ensino Fundamental, podendo ser estendida ao Ensino Médio. Ressaltou que a informação é relevante para o Fórum, permitindo conhecer a capacidade de atendimento das escolas e subsidiar a análise de políticas educacionais, caso haja respostas suficientes. Galdina esclareceu que o levantamento seria apenas informativo, sem interferência direta do Fórum na gestão das escolas. José Carlos complementou, destacando que todas as instituições de ensino — públicas ou privadas — integram o Sistema Nacional de Educação e estão sujeitas à regulação e fiscalização do poder público, visto que a autorização de funcionamento é concedida pelo Estado. Reforçou que, embora privadas, essas instituições devem atuar de forma articulada com o sistema público, e que as informações sobre a rede privada são essenciais, dada a natureza de concessão pública. Galdina acrescentou que a autonomia das instituições privadas é regulamentada, com o Ensino Fundamental e Médio sob supervisão do Conselho Estadual de Educação e a Educação Infantil acompanhada pelo Conselho Municipal de Educação, e que todas as escolas devem ter seus projetos pedagógicos e processos de credenciamento aprovados pelos respectivos conselhos. José Carlos enfatizou a importância de coletar informações sobre a rede privada para suprir lacunas existentes e criar mecanismos que garantam políticas integradas de monitoramento. Galdina reforçou que o Fórum atua na supervisão do sistema educacional como um todo, abrangendo as redes municipal, estadual e privada. Destacou que o questionário em elaboração originou-se de proposta do SINEPE, apresentada por Cláudia, e foi posteriormente adaptado e aprimorado pelo grupo. Ressaltou que atualmente há cooperação entre as redes, e que as informações propostas por Rui e José Carlos são fundamentais para subsidiar a implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais, especialmente por meio das conferências. Sara Vitral Rezende solicitou a palavra, sendo convidada por Shirley. Ela apresentou-se como representante suplente do Conselho Estadual de Educação, substituindo a titular Virgínia, e manifestou satisfação em participar da reunião, com expectativa de contribuir para os trabalhos nos próximos meses. Parabenizou o grupo pela elaboração do questionário, destacando sua boa construção e abordagem adequada ao Ensino Fundamental, especialmente no que se refere à alfabetização, em comparação com o questionário do Ensino Médio, considerado mais amplo e de difícil aplicação. Sara levantou duas dúvidas: 1) se o formulário será aplicado somente às escolas privadas ou também às públicas; 2) se a inclusão da questão sobre número de vagas ofertadas seria necessária, considerando que tais informações poderiam estar disponíveis no Censo Escolar. Ivonice Maria da Rocha respondeu que o Censo Escolar apresenta dados sobre número de matrículas, mas não sobre a oferta de vagas das escolas privadas em determinado ano, podendo apenas servir como indicador indireto. Também esclareceu que o Censo permite acompanhar a evolução escolar dos estudantes, por etapa e ano de ensino. Em resposta, Sara concordou com a explicação, reconhecendo que o Censo Escolar não fornece dados sobre vagas. Na sequência, Shirlei ressaltou a necessidade de esclarecer se o questionário seria aplicado apenas à rede privada ou também à rede pública. Rui explicou que o instrumento foi elaborado inicialmente para as escolas particulares, com o objetivo de fortalecer o diálogo com essas instituições e estabelecer uma relação contínua de troca de informações. Destacou, contudo, a possibilidade de ampliar futuramente o alcance do questionário à rede pública, sugerindo a

criação de dois modelos — um voltado à rede privada e outro à rede municipal, respeitando suas especificidades. Sara agradeceu os esclarecimentos e observou que o entendimento anterior era de que haveria um único questionário abrangendo todas as etapas e redes, com ramificações conforme as respostas de cada escola. Destacou que, caso o Fórum opte pela divisão em dois formulários, será necessário revisar e integrar os instrumentos já elaborados, de modo a assegurar a coerência dos dados. José Carlos concordou, afirmando que o questionário poderia também ser aplicado à rede pública, pois as perguntas elaboradas contribuem igualmente para o diagnóstico educacional do município. Em seguida, Galdina esclareceu que a proposta original do questionário tinha como foco ouvir os usuários das políticas educacionais — professores, gestores, famílias e estudantes — para confrontar as informações oficiais das redes municipal, estadual e privada. Recordou que o monitoramento anterior era feito com base em planilhas internas da SMED, e que, em conferências anteriores, o Fórum conseguiu ampliar o acesso a dados da rede privada por meio de parceria com o SINEPE. Galdina reafirmou que o objetivo central do instrumento é subsidiar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de educação, com base na percepção da comunidade escolar, podendo o Fórum ajustar seu escopo conforme as demandas que surgirem no processo de discussão. Na sequência, Talita Barcelos Silva Lacerda observou que, conforme a fala de Galdina, o questionário não havia sido concebido apenas para a rede privada. Galdina confirmou, explicando que a rede particular também estava contemplada no processo de monitoramento, sobretudo por meio da atuação de Claudinha, representante do SINEPE, que havia desenvolvido um formulário próprio e compartilhava periodicamente informações com o Fórum. Destacou, contudo, que, durante as conferências, houve dificuldade em integrar esses dados ao diagnóstico geral da educação no município, situação semelhante à da rede estadual, cujas informações exigiram esforço conjunto junto à Secretaria de Estado de Educação. Reafirmou que o objetivo central do questionário é monitorar a implementação das políticas educacionais, verificando se as ações informadas pelas redes municipal, estadual e privada estão sendo efetivamente realizadas nas escolas. Em seguida, Shirlei destacou que o instrumento apresentado parecia direcionado à gestão escolar, e não ao público final — professores, estudantes e famílias. Observou que muitas perguntas exigem informações administrativas, o que restringe a participação desses usuários. Considerando o entendimento exposto por Rui, de que o questionário seria respondido pelas equipes gestoras, sugeriu que o Fórum avalie estratégias complementares para captar também a percepção da comunidade escolar, conforme o propósito original do monitoramento. José Carlos concordou com as observações de Shirlei, ressaltando a dificuldade histórica de obtenção de dados da rede privada. Lembrou que, mesmo com o empenho do SINEPE, poucas escolas responderam ao questionário elaborado pela entidade, evidenciando resistência e ausência de obrigatoriedade no repasse das informações. Destacou que essa lacuna compromete a formulação de políticas públicas e defendeu a criação de instrumentos normativos que garantam o fornecimento de dados pelas escolas privadas, considerando seu caráter de concessão pública. Reconheceu, por fim, que a iniciativa apresentada por Rui é positiva e necessária, por ampliar o acesso a informações sobre a rede particular, mas alertou que, sendo o questionário respondido pelas direções das escolas, é preciso cautela na análise dos dados, que podem refletir perspectivas institucionais. Dando prosseguimento às discussões, Talita ressaltou que não compete ao Fórum Municipal Permanente de Educação avaliar a rede privada, dada sua gestão e regulação próprias. Tiago sugeriu ampliar a coleta de dados com apoio do SINPRO, alcançando profissionais da rede privada de forma indireta. Galdina concordou, considerando positiva eventual parceria com o SINPRO ou o SINEPE, desde que respeitados os limites institucionais. Reforçou que o Fórum não tem ingerência sobre a rede privada, devendo manter o foco na rede pública, principal destinatária das políticas municipais. José Carlos lembrou que a inclusão da rede privada no Sistema Nacional de Educação decorreu de amplo debate nacional e afirmou que, embora autônomas, as instituições privadas também têm responsabilidades perante o Estado, pois a educação é uma concessão pública. Defendeu mecanismos de acompanhamento e

fiscalização que assegurem qualidade e equidade educacional. Galdina concordou, reiterando que as redes pública e privada integram o sistema educacional, ainda que as ações do Fórum devam concentrar-se na rede pública. Por fim, Talita destacou sua atuação na rede municipal, no Sind-REDE e na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e reforçou que mais de 70% dos estudantes de Belo Horizonte estão na rede pública, o que justifica sua priorização. Observou que dedicar demasiada atenção à rede privada pode afastar o Fórum de sua finalidade principal, mas reconheceu a importância de acompanhar aspectos que envolvam recursos públicos ou parcerias institucionais. Concluiu defendendo que o formulário de avaliação priorize a escuta da rede pública — gestores, professores, estudantes e famílias — e reafirmou a necessidade de garantir espaços de participação popular que fortaleçam a avaliação democrática das políticas educacionais do município. Sara apresentou sugestão de encaminhamento, destacando que os questionários já contemplam as redes pública e privada, não sendo necessário refazê-los, mas apenas ajustá-los para atender às especificidades de cada uma. Observou que o instrumento atual está mais voltado à rede privada, porém com pequenas adequações poderá ser aplicado também à rede pública. Defendeu a manutenção das questões do Ensino Fundamental já aprovadas, com revisão pontual e eventual inclusão de novos itens, a serem reapresentados em reunião futura. Propôs ainda a unificação dos blocos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em um único formulário, com campos de identificação da rede e da etapa, permitindo que as perguntas apareçam de forma condicional conforme as respostas. Reforçou que o foco do instrumento é a escola enquanto instituição, devendo ser respondido por gestores e docentes, e não por famílias ou estudantes. Caso o Fórum queira futuramente ouvir esses segmentos, deverá elaborar instrumentos específicos. Encerrou recomendando a priorização da conclusão do questionário atual antes de novas frentes de coleta. Na sequência, Ivonice propôs uma reflexão conceitual sobre o papel do Fórum e o alcance da educação básica no sistema municipal de ensino, ressaltando que o acompanhamento deve incluir instituições públicas e privadas, conforme previsto na LDB. Defendeu que o Fórum adote uma visão ampliada, abrangendo todas as escolas do território, pois as particulares também integram o sistema municipal. Ressaltou que a avaliação da qualidade da oferta educacional deve considerar projetos pedagógicos, atendimento, infraestrutura e conformidade legal, tanto em escolas públicas quanto privadas. Destacou que esse olhar integral está em consonância com a LDB e os Planos Nacional e Municipal de Educação, e contribui para consolidar o Fórum como espaço de monitoramento da educação no território como um todo. Concluiu defendendo a continuidade da construção de questionários que considerem ambas as redes, fortalecendo as políticas públicas municipais a partir do conhecimento de suas diferentes realidades. Shirlei conduziu os encaminhamentos relativos ao questionário do Ensino Fundamental, retomando os principais pontos debatidos. Propôs a manutenção do formulário, incorporando as adequações e terminologias sugeridas, com atenção aos aspectos sensíveis levantados, especialmente quanto à limitação do alcance ao público final — professores e famílias —, o que pode resultar em dados subdimensionados. Apesar disso, destacou que o instrumento representa um importante ponto de partida para o aprimoramento do diagnóstico e do monitoramento das políticas educacionais. Mencionou a pertinência da observação de Talita sobre abandono e evasão escolar, ressaltando a necessidade de o Fórum aprofundar a análise desses indicadores, particularmente a partir do sexto ano, por sua relevância na garantia do direito à educação. Em seguida, sistematizou os encaminhamentos: a) validar o questionário do Ensino Fundamental com as adequações propostas; b) avançar para a análise do questionário do Ensino Médio, visando unificar ambos em um único formulário da educação básica; c) designar Vanessa para consolidar as versões e apresentar o modelo final na próxima reunião; d) agendar uma nova reunião para revisão e definição dos procedimentos de aplicação e divulgação. Por fim, reforçou que o grupo deverá retomar, em ciclo posterior, o debate sobre o aperfeiçoamento do instrumento e a ampliação da participação dos professores, estudantes e famílias. As propostas foram aprovadas por unanimidade, e, na sequência, Shirlei convidou Vanessa a apresentar o questionário do Ensino Médio,

estabelecendo o limite de encerramento da reunião às 21 horas. Sara iniciou a apresentação do questionário referente ao Ensino Médio, informando que adotaria a mesma dinâmica utilizada anteriormente por Rui — leitura das perguntas com acolhimento das contribuições durante a exposição. Explicou que o formulário estava extenso e que o grupo havia se comprometido, em reuniões anteriores, a reduzir o número de questões, tornando-o mais objetivo e funcional. Relatou que o grupo realizou uma reflexão coletiva sobre a necessidade de focalizar as perguntas em aspectos específicos dessa etapa, evitando repetições e aprimorando a clareza. Destacou a proposta de criação de painéis de perguntas gerais, comuns a todas as etapas da educação básica, para facilitar o preenchimento e a consolidação dos dados. Indicou como exemplos temas transversais — formação continuada, convivência e gestão democrática, educação especial e condições de trabalho docente — que poderiam ser tratados de forma integrada entre os questionários. Sara explicou que o objetivo dessa reorganização é assegurar coerência, síntese e foco analítico, com destaque para as particularidades do Ensino Médio. Informou que, nesta reunião, concentrar-se-ia na leitura e discussão das perguntas específicas dessa etapa, ficando a integração dos formulários (com as questões comuns às demais etapas) para a próxima reunião, quando o grupo deverá consolidar as propostas. Na sequência, deu início à leitura da primeira pergunta, abrindo o espaço para manifestações e contribuições dos participantes. Após a leitura e explicação das questões do formulário do Ensino Médio, Sara ressaltou que o grupo buscou concentrar-se em temas específicos da etapa, especialmente o projeto de vida e sua implementação junto aos professores. Apresentou também as perguntas gerais do instrumento, organizadas por temas como gestão democrática, e alertou para o risco de o formulário tornar-se extenso e pouco funcional caso cada etapa contenha muitas questões amplas. Defendeu, assim, que as perguntas transversais sejam consolidadas em uma parte geral, evitando repetições e facilitando a análise dos dados. Propôs que o grupo avaliasse, em momento oportuno, quais perguntas gerais deveriam ser mantidas, priorizando as que efetivamente contribuam para o diagnóstico educacional, e sugeriu discutir a estrutura geral do instrumento em reunião futura. Em seguida, José Carlos manifestou concordância com a proposta, mas destacou a importância de o questionário abranger tanto a rede pública quanto a privada, evitando termos exclusivos da primeira. Citou como exemplo uma questão que mencionava apenas a rede pública e sugeriu sua ampliação. Enfatizou ainda a relevância da gestão democrática, entendida como princípio essencial tanto na esfera pública quanto na privada, e destacou que a democracia escolar se expressa em diferentes instâncias, como grêmios estudantis e representações docentes. Sara agradeceu as contribuições, reconhecendo que o questionário apresentava viés voltado à rede pública, e sugeriu reavaliar o instrumento, incluindo alternativas como “não se aplica à rede privada” quando pertinente. Como encaminhamento, propôs que o grupo do ensino médio realize nova revisão do questionário, incorporando as sugestões apresentadas, e se comprometeu a elaborar uma nova versão consolidada posteriormente. Indicou que a próxima reunião teria como objetivo analisar o formulário completo, reunindo as seções da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e uma parte geral com as perguntas transversais, assegurando a participação de representantes de diferentes grupos de trabalho. A versão integrada do instrumento seria, então, submetida à validação coletiva do grupo em reunião posterior. Shirlei propôs a criação de um documento unificado para reunir todas as perguntas e contribuições dos arquivos anteriores, indicando Vanessa como responsável pela consolidação e guarda do material como memória de trabalho coletivo. Destacou a importância dos instrumentos virtuais para o trabalho colaborativo e sugeriu o agrupamento das perguntas por temas, como gestão democrática, educação especial e tempo integral, garantindo que o formulário contemple todas as redes e modalidades de ensino. Propôs que o novo documento sirva de base para a reorganização e revisão das perguntas, eliminando duplicidades e ambiguidades, com preservação das versões originais. Concordeu com Sara sobre a redução das respostas dissertativas, priorizando caixas de seleção e múltiplas escolhas, e mencionou a possibilidade de uso de condicionalidades nas perguntas conforme o perfil do respondente. José Carlos contribuiu com reflexão sobre a

estabilidade dos trabalhadores da educação, ressaltando que a rotatividade docente impacta a qualidade do ensino e deve ser considerada no formulário. Como encaminhamentos, definiu-se: a) Criação do novo arquivo unificado com todas as perguntas; b) Trabalho colaborativo e virtual no documento; c) Shirlei redigirá o texto de apresentação do formulário, explicando seu objetivo e importância; d) Na próxima reunião, o grupo validará o texto e a estrutura para que Vanessa monte o formulário na ferramenta *Google Forms*; e) Será apresentado um modelo preliminar (rascunho) para visualização das opções de resposta e do formato final. Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora Shirlei Lopes da Silva agradeceu o empenho coletivo e destacou a relevância da participação do grupo na XI Conferência Municipal de Educação e na construção do próximo Plano Municipal de Educação. A reunião foi encerrada às 20h43, sendo a ata lavrada por Vanessa Márcia da Cunha, Secretária Executiva do Fórum.